

## ANEXO X - DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE IMÓVEL

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro/a, estado civil \_\_\_\_\_, residente na cidade de \_\_\_\_\_, Estado/UF: \_\_\_\_\_, na Rua: \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, portador/a da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo Órgão: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF/MF nº \_\_\_\_\_, DECLARO, para servir de documento junto à **Comissão Gestora de Bolsas**, a instruir **Processo de Concessão de Bolsas de Estudo Assistenciais para 2020**, ao/à candidato/a \_\_\_\_\_, no Colégio dos Santos Anjos de Varginha/MG, que o imóvel localizado na Rua: \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado/UF: \_\_\_\_\_ é ( ) alugado informalmente, sem contrato de aluguel, ( ) outros, especificar motivo \_\_\_\_\_ em favor do/a Sr./a \_\_\_\_\_ portador/a da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo Órgão: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, inscrito/a no CPF/MF nº \_\_\_\_\_.

DECLARO, ainda, que estou ciente que a inexatidão das informações prestadas, além de me obrigar à devolução da importância dada como bolsa, me sujeitará às penalidades previstas no parágrafo 3º do artigo 15, da Lei 12.101/2009\*, e artigos 171 e 299, ambos do Código Penal\*\*.

Por ser verdade, firmo a presente declaração em uma única via, para que produza todos os seus efeitos legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**DECLARANTE**

*Testemunhas:*

- 1 – Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Carteira de Identidade (RG) e CPF: \_\_\_\_\_
- 2 – Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Carteira de Identidade (RG) e CPF: \_\_\_\_\_

### **OBSERVAÇÕES:**

1. Anexar cópia do RG e CPF das testemunhas, que não podem ser da mesma família do/a declarante.
2. Anexar cópia do RG e CPF da pessoa declarante / proprietário(a) do imóvel.

*\*\*Art. 15 - (...) § 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas.*

*§ 2º Compete à entidade de educação aferir as informações relativas ao perfil socioeconômico do candidato.*

*§ 3º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis."*

*\*\* "Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento"*

*\*\*\* "Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante".*